

Posicionamento dos (as) Pré-candidatos(as) à Presidência da República aos 12 itens da Carta Aberta da Auditoria Cidadã da Dívida (atualizado em 6/6/2018)

Item da Carta	Vera Lucia (PSTU)	João Goulart (PPL)	Paulo Rabello de Castro (PSC)
<p>1 – Reivindicamos a realização da auditoria da dívida pública - prevista no art. 26 das Disposições Transitórias da Constituição Federal de 1988 – que é fundamental para se obter a necessária transparência sobre o maior gasto do orçamento federal (juros e amortizações da dívida), que consome, todo ano, quase a metade das despesas federais, comprometendo também as finanças de estados e municípios.</p>	<p>Nossa candidatura se compromete com os 12 itens de vossa carta.</p> <p>E desde já adiantamos que, ademais da auditoria da dívida pública e a revogação de todas as leis e emendas constitucionais voltadas para o roubo do orçamento, defendemos o não pagamento desta dívida para os grandes detentores dos títulos de uma dívida a qual a maioria da população trabalhadora não contraiu e não tem nenhum benefício por ela. Devemos nós, os de baixo, construir outra legalidade a qual não permita o roubo a luz do dia do esforço e do trabalho da maioria do povo. Defendemos uma rebelião dos de baixo que modifique radicalmente a ordem social e política de um sistema que já demonstrou a sua falência.</p>	<p>Consideramos como fundamental a redução nas taxas de juros cobradas no Brasil para levá-las para próximas dos níveis internacionais. Não condicionamos essa medida, que deve ser tomada logo no início do governo à realização da auditoria da dívida. Entretanto, não deixaremos de realizá-la para que possamos no médio e longo prazos reduzir os encargos desta dívida, boa parte dela ilegítima.</p>	<p>Concordo.</p>
<p>2 – Consideramos que o conhecimento possibilitado pela realização da auditoria da dívida pública - com participação da sociedade – será fundamental para as decisões da política econômica do país, de modo a inverter a correlação de forças entre os gastos financeiros (que favorecem principalmente grandes rentistas nacionais e estrangeiros) e os investimentos sociais, aos quais a população brasileira tem direito, de acordo com o art. 6º da Constituição, mas não têm sido respeitados.</p>	<p>(Ver íntegra da resposta abaixo desta tabela)</p>	<p>Como dissemos, pretendemos concretizar essa redução dos gastos financeiros já no início do governo, não condicionando essa meta à realização da auditoria. Concordamos que essa é uma medida que poderá alterar o planejamento viabilizando um montante maior para os investimentos produtivos e sociais.</p>	<p>Concordo.</p>
<p>3 – Consideramos que existem ilegitimidades em uma dívida “pública” surgida a partir de vários mecanismos fraudulentos e sobretudo de abusivas taxas de juros estabelecidas sob a falsa justificativa de combater a inflação, que na realidade decorre de preços administrados</p>	<p>(Ver íntegra da resposta abaixo desta tabela)</p>	<p>Concordamos integralmente com a formulação deste item</p>	<p>Concordo com a afirmação de que os juros no Brasil são abusivos e complemento dizendo que eles chegam perto da</p>

Item da Carta	Vera Lucia (PSTU)	João Goulart (PPL)	Paulo Rabello de Castro (PSC)
pelo próprio governo e outras variáveis que não guardam relação alguma com a taxa de juros.			imoralidade.
4 – Consideramos que o contrato dos detentores da dívida pública não tem prioridade em relação ao contrato social manifesto na Constituição Federal, em especial, em seu artigo 6º.		Concordamos com a prioridade para o gasto social e produtivo. Consideramos também que a redução das taxas de juros obrigará os aplicadores em títulos do governo a procurar investir seus capitais em atividades produtivas.	Defendo a ideia de reduzirmos os juros e os mecanismos de rolagem da dívida, mas acredito também que todos os contratos devam ser cumpridos, inclusive os firmados pelo governo.
5 – Consideramos que as decisões de política econômica e política monetária não podem ser submetidas aos ditames do FMI e do Banco Mundial, como tem ocorrido desde os anos 80 no Brasil.		Concordamos integralmente com a formulação deste item	Isso não é inteiramente verdade uma vez que o Brasil é um país soberano. Acredito que as políticas econômicas, tanto a fiscal como a monetária, devam priorizar o crescimento econômico e a geração de empregos. Temos atualmente mais de 13 milhões de desempregados. As políticas públicas devem ter sempre esse número em perspectiva e a meta de aumentar substancialmente o número de empresas e empregados no Brasil.
6 – Somos favoráveis ao aumento dos investimentos sociais, portanto somos contrários à Emenda Constitucional nº 95/2016, que estabeleceu teto rebaixado por 20 anos para todos os gastos e investimentos sociais, deixando de fora do teto e sem controle as maiores despesas do orçamento da união – juros e amortizações da dívida pública.		Concordamos integralmente com a formulação deste item	Sou favorável à implantação de um choque de eficiência no setor público, com eliminação da burocracia e dos gastos desnecessários. Com isso

Item da Carta	Vera Lucia (PSTU)	João Goulart (PPL)	Paulo Rabello de Castro (PSC)
			<p>sobrará dinheiro para ser aplicado em investimentos que gerarão novos empregos e em gastos como saúde, educação e segurança. As maiores despesas do orçamento do governo são os juros/amortização da dívida e previdência. Essas duas contas devem ser reduzidas através da redução de juros/novas formas de rolagem da dívida pública e criação de contas individualizadas e capitalizadas na previdência. Além disso, um ajuste fiscal também é necessário, com a redução das despesas de custeio do governo e aumento das despesas de investimento/gastos sociais. A minha ideia de tolerância zero com a corrupção também irá contribuir para reduzir o déficit do governo e disponibilizar mais dinheiro para se gastar com uma rede de proteção social. O teto para os gastos do governo deve ser imposto como uma proporção do</p>

Item da Carta	Vera Lucia (PSTU)	João Goulart (PPL)	Paulo Rabello de Castro (PSC)
			PIB e sem discriminar gastos. O governo precisa ter maior flexibilidade na alocação dos recursos.
7 – Somos contra o Banco Central remunerar a sobra de caixa dos bancos, seja através de “Operações Compromissadas” (cujo gasto em juros representou quase meio trilhão de reais nos últimos anos) ou de “Depósito Voluntário Remunerado” (que se quer legalizar via PL 9.248/2017 ou no projeto de autonomia do BC).		Concordamos com essas medidas que promoverão maiores investimentos produtivos	Sou favorável à mudança na rolagem da dívida pública.
8 – Somos contrários ao projeto de Autonomia do Banco Central, dando mandato fixo aos diretores do BC, sem que estes possam ser demitidos pela Presidência da República.		Concordamos integralmente com a formulação deste item	Quem tem que ter autonomia é o Conselho Monetário Nacional, órgão responsável por expedir diretrizes gerais para o bom funcionamento do SFN. Integram o CMN o Ministro da Fazenda (Presidente), o Ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão e o Presidente do Banco Central. Portanto cabe ao Banco Central executar o que for definido pelo CMN.
9 – Consideramos que o Banco Central do Brasil deve ter responsabilidade com um elevado nível de atividade econômica e com a manutenção dos empregos, assim como bancos centrais de outros países.		Concordamos integralmente com a formulação deste item	Acredito que tanto a política monetária como a fiscal devam seguir o mesmo objetivo e ter como principal meta a redução do déficit público e criação de novos empregos.
10 – Somos favoráveis à alteração da composição do Conselho Monetário Nacional (art. 8º da Lei 9069/1995), de forma a incorporar representantes qualificados da		Concordamos integralmente com a formulação deste item	Acredito que grandes nomes da economia que estejam fora do governo

Item da Carta	Vera Lucia (PSTU)	João Goulart (PPL)	Paulo Rabello de Castro (PSC)
sociedade civil no sentido de priorizar o desenvolvimento econômico e o emprego.			devam participar do CMN.
11 – Somos contrários ao sigilo de informações relacionadas à identificação dos detentores de títulos da dívida pública brasileira, pois isso fere o Princípio da Transparência ao qual devem ser submetidos todos os atos públicos.		É uma questão a ser discutida. Em princípio somos favoráveis à transparência	Sou a favor da transparência em todas as suas esferas.
12 – Somos contrários à engenharia financeira da Securitização de Créditos que está se espalhando no Brasil (e que o PLP 459/2017 visa “legalizar”), a qual gera dívida pública de maneira ilegal e disfarçada e permite o sequestro de recursos públicos durante o seu percurso pela rede bancária, para serem destinados diretamente a investidores privilegiados, sem passar pelo orçamento público.		Concordamos integralmente com a formulação deste item	No meu plano de governo, que será divulgado em agosto, todas as formas de aumento da dívida pública serão atacadas.

ÍTEGRA DA RESPOSTA DE VERA LUCIA, PRÉ-CANDIDATA A PRESIDENCIA DA REPÚBLICA PELO PSTU

Sobre a “Carta aberta à População” da Auditoria Cidadã da Dívida

Caros Companheiros

Queremos saudar a iniciativa da Auditoria Cidadã da Dívida ao propor uma carta aberta sobre o assunto da dívida pública brasileira e interpelar os (as) candidatos (as) sobre este tema. O silêncio das candidaturas sobre esse tema, assim como sobre a continuidade ou não da contra-reforma da Previdência indicam mais uma vez a intenção das candidaturas comprometidas com o capital financeiro em promover mais um estelionato eleitoral. Tanto o que fazer com a Dívida Pública, como a continuidade ou não, da contra-reforma da Previdência, temas profundamente relacionados devem não somente ser pauta do debate, mas de um compromisso público de todas as candidaturas.

O sistema da Dívida Pública brasileira é um dos mais perversos, mecanismos de pilhagem e de transferência de renda da maioria da população trabalhadora para os grandes monopólios nacionais e internacionais. Em poucos países do mundo, e talvez em poucas ocasiões históricas, um país tenha suportado a transferência de quase metade do orçamento federal (segundo dados de vossa carta) para o “pagamento” da dívida pública.

Tamanha espoliação e transferência de riquezas somente podem encontrar parâmetros similares ao período colonial, ocorre que em pleno século XXI esta aberração é conduzida pelas classes dominantes autóctone.

A realização de tal pilhagem e irracionalidade do ponto de vista social, econômico e moral, superam até mesmo a “legalidade” construída pela classe dominante, basta constatar uma relação simples entre o nível de concentração do sistema bancário brasileiro onde quatro instituições centralizam não menos do que 80% do crédito e as instituições “credenciadas” pelos órgãos do Estado para participação dos “leilões” dos títulos da dívida.

Não se pode construir tamanho monopólio encarregado de sangrar a sociedade de forma transparente. Assim, os itens 1,2,3 de vossa carta que trata da necessária auditoria da dívida pública que desvende os “mecanismos fraudulentos” sobre os quais se erguem a pilhagem do Estado em benefício de um reduzido grupo de famílias bilionárias as expensas da destruição dos serviços públicos, tem o nosso integral apoio.

Mesmo antes da Auditoria é possível constatar o flagrante desrespeito à Constituição, em seu artigo 6, (Item 4 de vossa carta) que prioriza um seletivo grupo dos chamados “credores do Estado” detentores de títulos, como prioridade do orçamento, em detrimento dos serviços públicos. Ou seja, os verdadeiros credores do Estado, a imensa maioria da população que paga religiosamente seus impostos, estão sendo roubada a luz do dia.

Para seguir remunerando estes parasitas o governo Temer e seu ex-ministro da Fazenda, o banqueiro Henrique Meirelles, não mediram esforços. A Emenda Constitucional nº95/2016 congela em 20 anos os gastos e investimentos sociais, mas não regula o montante que o Estado destina do Orçamento à remuneração dos títulos; os mecanismos de remuneração “extraordinários” dos bancos sob a forma de “operações compromissadas” e “Depósito Voluntário Remunerado”; e como se não bastasse a venda de títulos da falaciosa dívida pública com altas taxas de juros, a “securitização dos créditos” (PL 459/2017) transfere diretamente os impostos para os bancos como “garantia de empréstimos” antes mesmo que tais recursos entrem no caixa dos governos.

Todas estas leis e medidas, agregada à falácia da “autonomia” de um Banco Central que vem sendo governado por e para os banqueiros, nos coloca diante de um fato: não há limites para o seqüestro do orçamento público. Seja disfarçado pelo manto da legalidade de um sistema político corrupto e financiando pelos corruptores, e uma eleição na qual não se aborda o que cada um dos candidatos farão após serem eleitos.

Nossa candidatura se compromete com os 12 itens de vossa carta. E desde já adiantamos que, ademais da auditoria da dívida pública e a revogação de todas as leis e emendas constitucionais voltadas para o roubo do orçamento, defendemos o não pagamento desta dívida para os grandes detentores dos títulos de uma dívida a qual a maioria da população trabalhadora não contraiu e não tem nenhum benefício por ela. Devemos nós, os de baixo, construir outra legalidade a qual não permita o roubo a luz do dia do esforço e do trabalho da maioria do povo. Defendemos uma rebelião dos de baixo que modifique radicalmente a ordem social e política de um sistema que já demonstrou a sua falência.

Vera, pré-candidata à Presidência da República pelo PSTU

São Paulo, junho de 2018